O Direito de Retenção por Benfeitorias no Código Civil Brasileiro

Gustavo Burgos de Oliveira
Advogado/RS

Introdução

Os jurisprudentes romanos conceituavam as benfeitorias como despesas (*impensae*), dividindo-as em três espécies, que até hoje consagramos: necessárias,¹ úteis² e voluptuárias.³ As benfeitorias, previstas no Código Civil brasileiro,⁴ são obras e despesas que se fazem em bem móvel ou imóvel para conservá-lo, melhorá-lo ou embelezá-lo.

O direito de retenção surgiu no segundo período da história do direito romano, com o sistema do processo *per formulas*. Com o Decreto nº 917, de 24 de outubro de 1890, o instituto da retenção tomou en-

tre nós, embora limitadamente no processo de falência, o aspecto de um direito de aplicação geral, perfeitamente disciplinado e protegido, de acordo com as mais modernas tendências, e inspirado nos preceitos do Código Federal Suíço das Obrigações, de 1881.

Promulgado o Código Civil de 1916, continuou o direito de retenção com seu aspecto tradicional e passivo de direito de defesa, assegurado de modo expresso em alguns dispositivos esparsos (arts. 516, 772, 873, entre outros). O direito de retenção por benfeitorias, previsto no art. 516 do Código Civil, é, portanto, a faculdade le-

1. A doutrina exemplifica alguns casos de benfeitorias necessárias: a medicação de um animal doente, a desinfecção de um pomar atacado de praga, a pintura para conservação das paredes de uma casa, o telhado, o erguimento de cercas ou muros, a defesa judicial de imóvel, serviços realizados num alicerce da casa que cedeu, reconstrução de um assoalho que apodreceu, colocação de cerca de arame farpado para proteger a agricultura, o conserto de pilares de uma casa, e as despesas como colocar óleo no motor de um automóvel (Tupinambá Miguel Castro do Nascimento. "Posse e propriedade" – doutrina, p. 92; Arnaldo Rizzardo. *Direito das Coisas*. V.1, p. 178; Maria Helena Diniz, *Código Civil Anotado*, p. 73).
2. A jurisprudência traz como exemplo de benfeitoria útil o aterro de um terreno (Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, 4ª Câmara Cível, AC 190035014, Rel. Talai Djalma Selistre, 03.05.1990).
3. Também chamadas de voluntárias (Eulámpio Rodrigues Filho. *Código Civil Anotado*, p. 330) ou voluptuosas (De Plácido e Silva. *Vocabulário Jurídico*, v. I A-C, p. 236).
4. O art. 63, §§ 1º a 3º do Código Civil, define as três espécies de benfeitorias.

gítima do possuidor⁵ de boa-fé de, independente de qualquer convenção, conservar em seu poder coisa certa, além do momento em que deveria restituí-la, a título de garantia de um crédito decorrente da realização de benfeitorias necessárias ou úteis nessa mesma coisa.

Características do direito de retenção

O direito de retenção é um direito acessório, indivisível e transmissível. OLAVO DE ANDRADE, citando CARVALHO DE MENDONÇA, afirma que o direito de retenção é uma muralha que protege a obrigação. O direito de retenção, para OLAVO DE ANDRADE:

"(...) sendo uma garantia que supõe sempre um crédito principal, e surgindo com este para o garantir segue sempre as vicissitudes deste; sempre acompanha-o em seu destino; e se o crédito se extingue com ele também se extingue o direito de retenção."⁶

Portanto, a acessoriedade do direito de retenção se deve ao fato de que ele nasce, vive e morre com a obrigação principal, que é um crédito, cuja satisfação visa assegurar.

O direito de retenção é também indivisível, pois a satisfação completa do crédito é condição indispensável para a restituição da coisa.⁷ Isto significa que o retentor tanto poderá reter o objeto inteiramente para uma parte do crédito, como para o pagamento integral do que lhe é devido pode reter uma parte do objeto.

Por último, o direito de retenção é, como direito real,⁸ transmissível tanto a título universal como singular. Para ANTONIO FARIA CARNEIRO PACHECO, a transmissão do direito de retenção tem que ocorrer conjuntamente com o crédito (por isso que se trata de um direito acessório), pois a relação de conexidade entre a coisa e o crédito é um dos requisitos indispensáveis para a existência do direito de reten-

ção.⁹ Por último, lembre-se que a cessão do crédito deve revestir as formalidades legais (arts. 1.065 a 1.078 do Código Civil).¹⁰

Direito de retenção e acessões industriais

Em primeiro lugar, é mister que se estabeleça claramente a distinção entre benfeitorias e acessões industriais (plantações e construções). Benfeitorias são obras e despesas feitas pelo homem na coisa, com o intuito de conservá-la, melhorá-la ou embelezá-la; as acessões são obras que vieram coisas novas, diferentes, e que vêm aderir à coisa anteriormente existente. Ou seja, as benfeitorias têm cunho complementar, ao passo que as acessões industriais são coisas novas.

Os tribunais pátrios com muita frequência divergem quanto ao tratamento a ser dado às benfeitorias e às acessões industriais. Alguns doutrinadores entendem que o instituto do direito de retenção só deva ser aplicado às benfeitorias. Outros, porém, afirmam que a retenção também pode ser estendida às acessões industriais. Esta di-

vergência doutrinária e jurisprudencial existente nos conduz, então, a analisarmos quais são os argumentos de uma e de outra corrente.

Há uma tendência jurisprudencial no sentido de negar o direito de retenção por acessões.¹¹ Este é o entendimento de SILVIO RODRIGUES, sustentando que não cabe retenção por acessões, pois a lei só autoriza a retenção quando se trata de benfeitorias.¹² Esta doutrina baseia-se na distinção técnica entre benfeitorias e acessões industriais formulada nas obras de ORLANDO GOMES¹³ e Washington de BARROS MONTEIRO,¹⁴ principalmente (é a corrente minoritária).

Outra doutrina, entendendo ser cabível o direito de retenção pelas acessões, é a majoritária, onde vale citar JOSÉ GUILHERME BRAGA TEIXEIRA:

"Entrementes, se o legislador conferiu ao possuidor de boa-fé o direito de retenção da coisa principal, até ser indenizado das benfeitorias necessárias e úteis, foi omissivo em relação à hipótese de retenção pelas construções e plantações. Dir-se-á, pugnando em

5. Arnoldo Medeiros da Fonseca entende que o exercício do direito de retenção não requer a posse. Para ele, basta a detenção legítima da coisa alheia (Arnoldo Medeiros da Fonseca. *Direito de Retenção*, p. 116). Porém, o entendimento atual é no sentido de que a configuração da posse é necessária, tanto é que o art. 516 do Código Civil fala em "possuidor", e não mero detentor.

6. ANDRADE, Olavo de. *Notas sobre o direito de retenção*, pp. 35-36.

7. Olavo de Andrade cita as consequências práticas que resultam da indivisibilidade do direito de retenção: "a) pelo simples fato de haver recebido um pagamento parcial, não se presume ter o credor renunciado o seu direito de retenção relativamente a uma parte proporcional do objeto ainda mesmo quando este seja divisível; assim também, pelo simples fato de haver abandonado uma parte da coisa ou objetos retidos não perde o direito de retenção para uma parte correspondente do seu crédito, gozando, pelo contrário desse direito sobre a parte conservada até inteiro pagamento; b) por morte do retentor, tendo o crédito garantido sido dividido entre seus herdeiros, nenhum destes, ainda que haja recebido a sua parte, pode restituir ao devedor a coisa retida com prejuízo de seus co-herdeiros que não tenham sido pagos, pois que cada herdeiro pode, só pela sua parte no crédito, exercer esse direito sobre a totalidade da coisa ou das coisas que ele onera; c) morto o devedor, e partilhada a dívida entre seus herdeiros, nenhum destes, ainda que haja pago a sua parte, poderá exigir a restituição no todo ou em parte da coisa retida para pagamento da dívida primitiva; o credor exerce a retenção enquanto não houver recebido pagamento integral do que por todos os herdeiros do devedor lhe seja devido". (Olavo de Andrade. *Notas sobre o direito de retenção*, pp. 34-35)

8. Há grande divergência doutrinária acerca da natureza jurídica do direito de retenção. Uns entendem que se trata de um direito pessoal, outros um direito real, outros um direito pessoal oponível a terceiros, outros um direito real *sui generis*, e outros ainda o consideram um direito de natureza variável (real ou pessoal, conforme o caso). Entretanto, a corrente majoritária entende ser o direito de retenção um direito real.

9. As condições gerais de existência do direito de retenção são: posse de coisa alheia, crédito certo e exigível do retentor, relação de conexidade entre a coisa e o crédito, e inexistência de exclusão convencional ou legal do direito de retenção.

10. Conforme o art. 1.071 do Código Civil, se o devedor não for notificado da cessão de crédito e pagar ao credor primitivo, extingue-se o direito de retenção.

11. Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, 1ª Câmara Cível, AC 190019554, Rel. Luiz Felipe Azevedo Gomes, 17.04.1990; Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 6ª Câmara Cível, AC 597055334, Rel. Osvaldo Stefanello, 04.03.1998; Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 15ª Câmara Cível, AC 599346384, Rel. Ricardo Raupp Ruschel, 22.09.1999; 1ª Tribunal de Alçada Cível de São Paulo, 4ª Câmara Cível, AI 393.871-4, Rel. Barbosa Pereira, 14.06.1989; Tribunal de Justiça do Paraná, 8ª Câmara Cível, AC 38227200, Rel. Lauro Laertes de Oliveira, 17.03.1999; Tribunal de Justiça do Paraná, 4ª Câmara Cível, AC 12306800, Rel. Ronald Accioly, 06.03.1991; Tribunal de Justiça do Paraná, 2ª Câmara Cível, AC 12481600, Rel. Sydney Zappa, 17.04.1991; Tribunal de Justiça do Paraná, 1ª Câmara Cível, AC 05734100, Rel. Oto Sponholz, 20.02.1990; Tribunal de Alçada do Paraná, 6ª Câmara Cível, AC 0115773-3, Rel. Mendes da Silva, 29.03.1999; RT 616/144.

12. RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil*, p. 102, v. 5.

13. GOMES, Orlando. *Direitos Reais*, p. 69.

14. MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*, v. 1, pp. 151-152.

sentido negativo, que o fato de haver referido tal direito àquelas benfeitorias de maneira expressa é significativo de que só a elas desejou conferir o direito de retenção, pois se quisesse contemplar igual direito às acessões industriais tê-lo-ia feito igualmente de modo expresso, no art. 547. De nossa parte, entendemos que ao possuidor de boa-fé deverá ser conferido o direito de retenção pelas construções e plantações, até ser indenizado dos respectivos valores, como medida de equidade. (...) Estas acessões industriais, ainda que se possam, no rigor técnico da expressão, distinguir das benfeitorias, obedecem a normas semelhantes. Equiparam-se a benfeitorias úteis, e o Código, no art. 548, lhes dá esse nome.”¹⁵

Esta corrente que entende ser cabível o direito de retenção pelas acessões industriais é reforçada, entre outros, por ARRUDA ALVIM e AMÍLCAR DE CASTRO. O entendimento jurisprudencial majoritário é neste sentido.¹⁶

Embora, de acordo com a corrente majoritária,¹⁷ haja distinções entre benfeitorias e as denominadas acessões industriais, há, igualmente, semelhanças, entre as quais podemos destacar: 1) constituem, ambas, coisas acessórias, 2)

produzem, via de regra, como coisas novas que são, fator preponderante de maior utilidade da coisa principal e elemento de conservação, 3) são produtos de participação direta do possuidor ou detentor e 4) a perfeição de seu processo de integração com a res principalis fá-las perder a identidade, tornando-as, regra geral, irremovíveis.

Direito de retenção e *exceptio non adimpleti contractus*

O instituto da *exceptio non adimpleti contractus* não era conhecido no direito romano. Foi criado pelos canonistas e aperfeiçoado pelos post-glosadores, tendo caído em desuso a partir do século XVI. Quando renasceu, a *exceptio* começou a desenvolver-se sob a capa de outras figuras jurídicas (particularmente a capa do direito de retenção). ARNOLDO MEDEIROS DA FONSECA, citando CLÓVIS BEVILÁQUA, afirma que a *exceptio* é uma modalidade do direito de retenção. Porém, JOÃO CALVÃO DA SILVA argumenta que, embora sejam figuras próximas, usadas pelo credor como meio defensivo e temporário de conservar o que deve para garantir e constranger o devedor a cumprir

a sua prestação, os institutos não se confundem.¹⁸

Existem quatro diferenças básicas entre o direito de retenção e a *exceptio*. Em primeiro lugar, a relação sinalagmática que caracteriza a *exceptio*, pela qual as obrigações recíprocas devem ser cumpridas simultaneamente, não se aplica ao direito de retenção.¹⁹ Em segundo lugar, a *exceptio* não se aplica aos contratos bilaterais imperfeitos, domínio em que o direito de retenção surge com frequência.²⁰

Verificamos ainda uma terceira diferença entre os institutos em exame: a *exceptio* não pode ser afastada mediante a prestação de garantias, ao passo que o direito de retenção não pode ter lugar quando a outra parte preste caução suficiente.

A quarta e última distinção é que, em princípio, a *exceptio* pode ser invocada em qualquer que seja a natureza das prestações recíprocas das partes;²¹ já o direito de retenção recai apenas sobre coisas.²²

Direitos e obrigações do retentor

O retentor é o titular do direito de retenção, ou seja, “é a pessoa que pode reter ou conservar coisa de outrem, em seu poder ou sua posse, até que seja resgatado o crédito que lhe é assegurado; é chamado também de retencionário”.²³ O retentor, no exercício do direito de retenção, é sujeito de direitos e obrigações.

O direito fundamental do retentor consiste na faculdade de reter a coisa en-

18. SILVA, João Calvão da. *Cumprimento e sanção pecuniária compulsória*, p. 348.

19. Citaremos um exemplo bem elucidativo: “Ao reter a coisa (por exemplo, o automóvel), o garagista visa obter da contraparte o cumprimento da obrigação principal, o preço da reparação do automóvel, suspendendo, para o efeito, a sua obrigação secundária de (restituição e) entrega do automóvel detido, a qual não é motivo determinante da obrigação de pagar o custo da reparação. A causa da obrigação principal de pagamento do preço por parte do dono do automóvel é a atividade de reparação que o garagista teve de desenvolver, sua obrigação principal recíproca e correspondente daquela. Daí que, cumprida a obrigação principal de reparação do automóvel, o garagista não possa já invocar a *exceptio non adimpleti contractus*, que, por definição, se traduz na suspensão do cumprimento da obrigação correspondente de outra obrigação não cumprida e enquanto não cumprida. Tudo o que resta ao garagista, cumpridor da obrigação principal de reparação, é não cumprir a obrigação secundária de entregar o automóvel por si detido, que não é a causa da obrigação do preço. E pode legalmente não cumpri-la, enquanto o dono do automóvel não pagar o preço da reparação, porque isso é forma de garantir e constranger o proprietário a solver o seu débito. Para isso retém o automóvel, usando o direito de retenção que a lei lhe confere, *ultimum subsidium* coercitivo privado que lhe resta, visto que não pode usar já a *exceptio non adimpleti contractus* por ter cumprido a sua obrigação principal de reparação, causa determinante da correlativa obrigação de pagamento do preço. Neste sentido, pode-se dizer que o direito de retenção é sucedâneo ou substituto da *exceptio non adimpleti contractus*”. (João Calvão da Silva. *Cumprimento e sanção pecuniária compulsória*, pp. 348-349).

20. “(...) a bilateralidade era perfeita quando o contrato produzia obrigações principais para todos os contratantes, como na compra e venda, e imperfeita, quando, no momento da formação do contrato, só existiam obrigações principais para um dos contratantes, mas, no decorrer de sua execução, nasciam obrigações para o outro, como no caso de depósito, em que o depositante ficava obrigado a pagar o despendido pelo depositário com a guarda da coisa depositada (...), e do comodato, em que poderá surgir para o comodatário o direito de reclamar do comodante indenização de certas despesas”. (Washington de Barros Monteiro, *Curso de Direito Civil*, v.5, p.24)

21. Assim, a *exceptio* pode ser invocada perante o devedor de obrigação de *facere*, fungível ou infungível, e de obrigação de prestação de coisa.

22. SILVA, João Calvão da. *Cumprimento e sanção pecuniária compulsória*, p. 350.

23. SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*, v. IV, p. 1374.

15. José Guilherme Braga Teixeira. “A indenização das benfeitorias e acessões industriais ao possuidor de boa-fé e o direito de retenção”, in *Revista dos Tribunais*, v. 60, pp. 168-169.

16. Tribunal de Justiça de São Paulo, 11ª Câmara Cível, AC 211.637-2, Rel. Laerte Nordi, 24.06.1993; Superior Tribunal de Justiça, 3ª Turma, REsp 59.669-6/RS, Rel. Nilson Naves, 28.08.1995; Tribunal de Justiça do Paraná, 2ª Câmara Cível, AC 30562400, Rel. Munir Karam, 08.05.1996; Tribunal de Justiça do Paraná, 1ª Câmara Cível, AC 22831900, Rel. Oto Sponholz, 25.04.1995; Tribunal de Alçada do Paraná, 8ª Câmara Cível, AC 0100128-5, Relª Dulce Maria Cecconi, 09.02.1998; Supremo Tribunal Federal, RE 66.755, in RTJ 60/719; Superior Tribunal de Justiça, REsp 31.708; Superior Tribunal de Justiça, 3ª Turma, REsp 28.489, Rel. Eduardo Ribeiro, 19.10.1993; Tribunal de Justiça de São Paulo, 6ª Câmara Cível, AC 228.154, Rel. Lothário Octaviano, 24.05.1974, in RT 469/69; Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, 2ª Câmara Cível, AC 5.536, Rel. Hermann Homem de Carvalho Roenick, 29.05.1973, in RT 458/231; Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 5ª Câmara Cível, AC 597223007, Rel. Araken de Assis, 04.12.1997; Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, 2ª Câmara Cível, AC 185003662, Rel. Cacildo de Andrade Xavier, 12.03.1985; RT 589/221, 451/228, 472/192, 479/261, 361/126, 321/233, 437/229, e 404/150.

17. Caio Mário da Silva Pereira, Carlos Alberto da Costa Dias, Eulámpio Rodrigues Filho, Orlando Gomes, Washington de Barros Monteiro e Maria Helena Diniz.

quanto subsistir seu crédito. Decorrentes deste direito principal, o retentor possui outros direitos, quais sejam:

"1º) repelir pela força, nos limites da necessidade, a violência alheia, tendente a privá-lo da detenção da coisa, e mesmo por tal meio recuperá-la, no caso de esbulho, desde que o desforço seja praticado in continenti; 2º) Usar das ações possessórias para proteger a sua posse; 3º) Repetir a coisa que já detinha e haja restituído por erro, uma vez que o prove; 4º) Reter os frutos da coisa, por aplicação da regra de que o acessório segue a condição jurídica do principal; 5º) Exigir reembolso das despesas que houver feito para conservação da coisa retida e o ressarcimento do prejuízo decorrente de vício dela, do qual não haja sido avisado, uma vez que tivesse razão de o ignorar."²⁴

Como conseqüências desses direitos, ARNOLDO MEDEIROS DA FONSECA elenca duas: 1ª) Não pode o retentor usar da coisa retida, salvo se houver qualquer convenção acessória que lhe permita servir-se dela;²⁵ e 2ª) Não tem, em regra, o retentor direito de apropriar-se dos frutos da coisa para vendê-los e levar o preço obtido a conta do seu crédito.²⁶

Sujeito destes direitos, o retentor, igualmente, é sujeito de quatro obrigações básicas:

"1) Empregar na guarda e conservação da coisa retida a diligência exigida pela sua natureza (...); 2) Restituir a aludida coisa, com os seus frutos e acessões, uma vez pago do que lhe for devido (...); 3) Entregar o que sobeje do preço, quando o crédito for satisfeito em virtude da venda da coisa retida, nos casos excepcionais em que o retentor tem a faculdade de realizá-la, ou quando o devedor lhe autorizar, mediante procuração especial; e 4) Indenizar o prejuízo resultante das perdas e deteriorações da coisa, ocorridas por culpa sua (...)."²⁷

A obrigação de restituir a coisa cessa, porém, total ou parcialmente, se a coisa perecer, ou deteriorar-se, sem culpa do retentor.²⁸ Este é o entendimento de ARNOLDO MEDEIROS DA FONSECA e de ANTONIO FARIA CARNEIRO PACHECO.

Ressalte-se que aos direitos e obrigações do retentor correspondem os do devedor, o que também se aplica a seus herdeiros, como sucessores a título universal. ANTONIO FARIA CARNEIRO PACHECO, por derradeiro, afirma que a principal obrigação do retentor é restituir a coisa com todos os seus acessórios,²⁹ logo que seja inteiramente pago de seu crédito, inclusive as despesas que haja feito com a conservação da coisa.³⁰

24. FONSECA, Arnaldo Medeiros da. *Direito de retenção*, pp. 280-281.

25. A lei silencia a respeito, mas é esta a conclusão que chegam os autores por aplicação analógica das disposições relativas ao penhor e ao depósito.

26. Com relação a esta segunda conseqüência há uma exceção, quando se tratar de frutos que não possam ser conservados, pois seria um absurdo deixá-los perecer sem proveito para ninguém.

27. FONSECA, Arnaldo Medeiros da. *Direito de retenção*, pp. 287-288.

28. Vide arts. 869 e 871 do Código Civil.

29. Tanto os acessórios existentes ao tempo em que surgiu o direito de retenção, como também os que posteriormente acresceram à coisa.

30. PACHECO, Antonio Faria Carneiro. *Do direito de retenção*, p. 90.

Conclusão

O direito de retenção por benfeitorias, como vimos, também é aplicado às acessões industriais, entendendo os tribunais que, embora tecnicamente sejam institutos jurídicos diversos, a ambos se aplicam as regras do direito de retenção. A jurisprudência é majoritária neste sentido.

Na nossa opinião, não se deve aplicar o direito de retenção nas acessões industriais, pois se o legislador assim o quisesse teria disposto expressamente no Código Civil, e assim não o fez. Tendo o legislador conferido o direito de retenção somente pelas benfeitorias, não há que se interpretar extensivamente o art. 516 do Código Civil para aplicar o direito de retenção também no instituto das acessões. Mas esta divergência jurisprudencial não vai cessar por ora, com certeza ainda irá pairar por muito tempo nos tribunais pátrios.

Bibliografia

- ANDRADE, Olavo de. *Notas sobre o Direito de Retenção*. São Paulo: Saraiva, 1992.
- CASTRO, Amílcar de. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- DIAS, Carlos Alberto da Costa. "Retenção por benfeitorias". In *Revista de Processo*. V. 74, São Paulo, 1994, pp. 179-184.
- DINIZ, Maria Helena. *Código Civil Anotado*. São Paulo: Saraiva, 1995.

- FONSECA, Arnaldo Medeiros da. *Direito de Retenção*. 3. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1957.
- GOMES, Orlando. *Direitos Reais*. 7. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1980.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. V. I, III e V, 20. ed., São Paulo: Saraiva, 1985.
- NASCIMENTO, Tupinambá Miguel Castro do. "Posse e Propriedade" (doutrina). Rio de Janeiro: Aide, 1986.
- PACHECO, Antonio Faria Carneiro. *Do direito de retenção*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1912.
- PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de Direito Civil*. V. IV, 11. ed., Rio de Janeiro: Forense, 1994.
- RIZZARDO, Arnaldo. *Direito das Coisas*. V.1, Rio de Janeiro: Aide, 1991.
- RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil*. V. 4 e 5, 18. ed., São Paulo: Saraiva, 1989.
- RODRIGUES FILHO, Eulámpio. *Código Civil Anotado*. 2. ed., Porto Alegre: Síntese, 1998.
- SILVA, João Calvão da. *Cumprimento e Sanção Pecuniária Compulsória*. Coimbra: Almedina, 1987.
- SILVA, De Plácido E. *Vocabulário Jurídico*. V. I, II e III, 4. ed., São Paulo: Forense, 1975.
- TEIXEIRA, José Guilherme Braga. "A indenização das benfeitorias e acessões industriais ao possuidor de boa-fé e o direito de retenção". In *Revista dos Tribunais*. V. 60, São Paulo, abr./1992, pp.165-170.